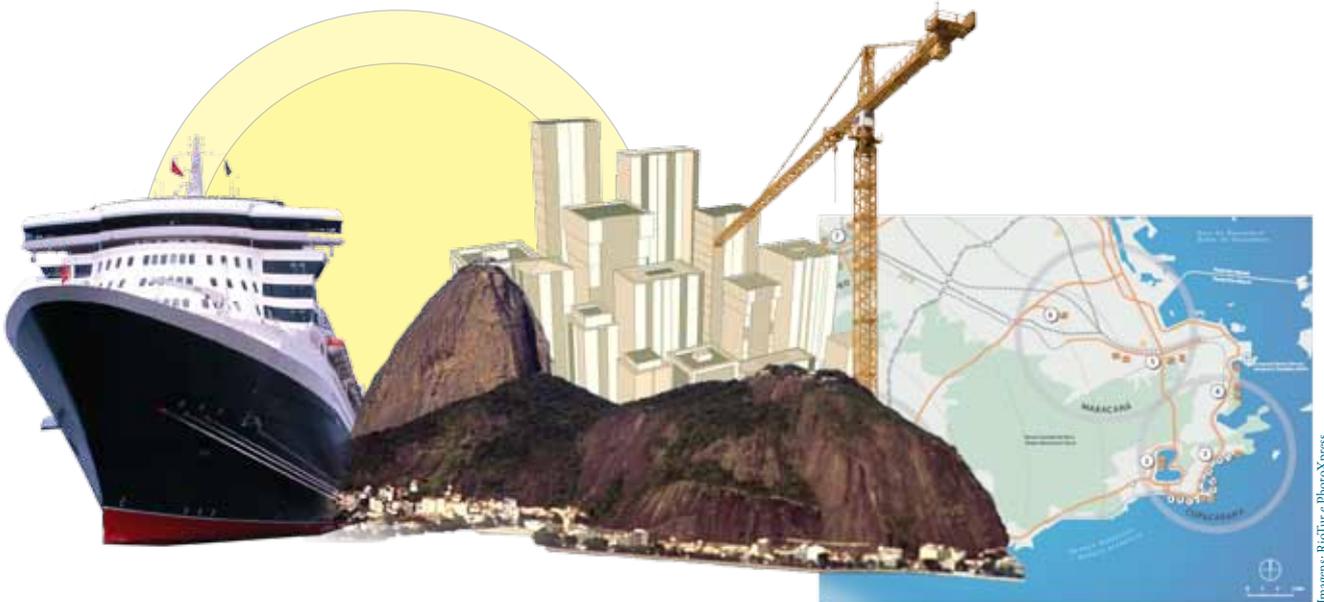


## Plano Diretor do Rio é sancionado e traz esperança de crescimento sustentável a longo prazo

*Novo plano também visa trazer melhorias para a qualidade de vida do carioca*



Imagens: RioTur e PhotoXpress

**P**lanejamento é um fator crucial para possibilitar o crescimento consistente e ordenado de qualquer empreendimento ao longo do tempo. No caso de uma cidade com o porte e complexidade do Rio, assim como da estrutura que a administra, planejar torna-se imprescindível. Apesar disso, por uma série de vicissitudes, desde 1992 o Rio não ganhava um novo Plano Diretor, gerando uma defasagem que prejudicou bastante o Município. Essa situação acabou de ser reparada em fevereiro deste ano, quando em meio à onda de otimismo que toma conta da cidade o Prefeito

Eduardo Paes sancionou a nova edição do Plano que indicará os rumos da Cidade pelos próximos anos.

Diferentemente do Plano anterior, que tinha seus efeitos muito limitados, este não só tem a incumbência de delinear políticas urbana e ambiental do Rio aprofundando questões de meio ambiente, de habitação, socioeconômica e de transporte, como incorpora pontos importantes do Estatuto das Cidades, como: Outorga Onerosa e a Operação Urbana Consorciada, o que amplia as ferramentas da Prefeitura para o planejamento urbano. Segundo os

consultores da FGV Projetos - da Fundação Getúlio Vargas -, responsáveis pela elaboração do Plano, essa é a primeira vez que um prefeito e vereadores pensam na sustentabilidade da cidade. Antes só havia olhos para o lado da política social e proteção cultural. O que comprova essa tese é a necessidade de se criar centros econômicos para a redução da concentração na região do Centro do Rio. Os consultores explicam que a abertura de pólos de empregos implicará a melhor distribuição da população carioca, e, assim sendo, não haverá migração *(continua na pág. 2)* ▶

### Nesta edição

#### Em estado de alerta

Em entrevista ao *Prestando Contas*, o chefe executivo do novo Centro de Operações da Prefeitura do Rio, Sávio Franco, desvenda um pouco do funcionamento e fala sobre os desafios deste que é um dos mais modernos centros do gênero no mundo. (pág. 3)

#### Na trilha da estratégia

O Prof. Manoel Rubim da Silva, da Universidade Federal do Maranhão, disserta em artigo sobre a contabilidade pública estratégica, que vem emergindo enquanto nova modalidade o setor público no Brasil. (pág. 5)

#### E ainda...

**Informe** sobre o último encontro da Rede de Controle/RJ (pág. 4)

**Resenha** de publicações de interesse da área de contabilidade e controle (pág. 7)

**Agenda** comentada dos principais eventos do próximo trimestre (pág. 8)

(continuação da pág. 1) ► para somente um ponto, com efeitos positivos sobre o fluxo no horário de rush.

Para que isto ocorra, foi formulada uma proposta para reordenar territorialmente o Município dividindo o solo em quatro macrozonas:

⇒ Macrozona de Ocupação Controlada, que abrange a Zona Sul e parte do Centro. Estas regiões terão restrições às novas ocupações, pois, apesar de apresentar boas condições de infraestrutura, encontram-se quase saturadas, tanto com relação ao adensamento, quanto à intensidade de uso;

⇒ Macrozona de Ocupação Incentivada - engloba Zona Norte, Subúrbio e a parte do Centro, onde a ocupação será estimulada, principalmente nas áreas já dotadas de infraestrutura, mas que sofreram com a depredação e esvaziamento;

⇒ Macrozona condicionada - parte da Barra e do Recreio - terá a liberação de projetos atrelada a investimentos em infraestrutura, que podem ser públicos ou privados;

⇒ Macrozona Assistida - Zona Oeste, entre Bangu e Santa Cruz – o poder público entra com investimentos de infraestrutura para incentivar o desenvolvimento da área.

Em todas as macrozonas foram esta-

belecidos locais de restrição à ocupação e de preservação em áreas fragilizadas, como encostas de morros e regiões de baixada, assim como áreas sujeitas à intervenção urbana e que podem ser alvos de reestruturação, de grandes obras viárias e de instalação de equipamentos previstos para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

### Perspectivas de crescimento

Com a perspectiva de progresso de muitas áreas, atualmente abandonadas, exemplos foram dados pelo prefeito,



Mapa com as macrozonas propostas pelo Plano Diretor.

secretários e consultores do estudo do documento decenal, de como o Plano Diretor vai mudar para melhor a qualidade de vida do cidadão carioca. Um deles é o subúrbio da cidade, que perdeu a força ao longo dos anos. É uma região que possui demanda reprimida de investimentos e novas habitações. O plano promoverá a construção de corredores habitacionais e a criação de novas legislações para que os bairros da região

aconteçam e voltem a ser o marco habitacional e empresarial.

Entretanto, outras áreas estão crescendo e precisam de pré-condições para que esse desenvolvimento ocorra mais rapidamente, como é o caso da Barra da Tijuca. Também há áreas consolidadas no Rio de Janeiro, como a Zona Sul, e também como a Avenida Brasil, com transporte na porta e infraestrutura urbana, mas que precisa de flexibilidade.

Segundo os consultores, o Maracanã também seria um novo centro urbano,

pois já existe a convergência do Metrô, dos trens e de várias linhas de ônibus. Eles explicam que neste local há uma aglomeração de empresas, entretanto a Prefeitura será responsável por organizar este desenvolvimento, assim como inseriu alguns projetos, em andamento na cidade, no Plano como: a revitalização da Zona Portuária (Projeto Por-

to Maravilha), implantação de corredores de transporte como o Transcarioca (antigo T5), implantação do túnel da Grota Funda e do Parque Madureira e ampliação do sistema metroviário.

A revitalização da Zona Portuária, 'menina dos olhos' do prefeito, que já mexe com os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, atingirá também o trecho entre o Caju e a Penha colocando fim aos galpões (continua na pág. 4) ►

#### Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito:  
Eduardo Paes

#### Controladoria Geral do Município

Controlador Geral:  
Antonio Cesar Lins Cavalcanti

Subcontrolador de Gestão:  
Carlos Maurício Borup de Bakker

Subcontroladora de Integração de Controles:  
Márcia Maria Alves Pinheiro

#### Prestando Contas

Edição e pauta:  
Margarete Ramos

Diagramação e arte:  
Daniel Santos de Barros

Redação e revisão:  
Aislan Loyola  
e Rogério Lessa Benemond

Impressão:  
Riocor Gráfica e Editora  
Tiragem: 500 exemplares

#### Assessoria de Comunicação Social

Assessora-chefe:  
Margarete Ramos

Assessor-auxiliar:  
Aislan Loyola

Editor gráfico:  
Daniel Santos de Barros

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409  
Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-900  
Tel.: (21) 2976-1515/2967  
E-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br  
Http://www.rio.rj.gov.br/cgm

# Entrevista

**Sávio Franco**

**Chefe Executivo de Operações da Prefeitura do Rio**

**Qual tem sido o principal foco de trabalho nestes primeiros meses de funcionamento do Centro de Operações?**

Monitorar o dia a dia da cidade e dar uma resposta rápida ao cidadão. O principal esforço dos técnicos da Prefeitura e nossos colaboradores das concessionárias de serviços públicos tem sido o de organizar um padrão de ações coordenadas que permitam intervenções rápidas para mais de 200 tipos de ocorrências. Em uma crise, por exemplo, é necessário planejamento: definir quem faz o quê e praticar. Hoje em dia ainda conduzimos isso muitas vezes no grito. No entanto, não perdemos mais um tempo precioso para contatar os diversos órgãos públicos. Todos estão reunidos no Centro de Operações Rio.

Em pouco tempo de inauguração, já é possível perceber que a resposta da Prefeitura tornou-se ainda mais dinâmica. O Centro de Operações Rio integra secretarias, concessionárias e órgãos públicos com o objetivo de agilizar serviços de trânsito, iluminação, limpeza e alertas de possibilidade de temporais. Ou seja, tudo que pode impactar na rotina da cidade. Monitoramos o Rio 24 horas por dia durante toda a semana. É o que não posso deixar de destacar: já percebemos a confiança da população. É para ela que trabalhamos diariamente.

**Já temos alguns exemplos de resultados positivos da articulação realizada pelo Centro de Operações? Quais são os próximos desafios para 2011?**

Sim. Diariamente verificamos esses resultados. A Prefeitura atua rapidamente em casos de acidentes de trânsito, falta de luz (afeta os sinais de trânsito) e avisos de alerta de chuva. Para



*Sávio Franco encara a função de chefe executivo de operações de um dos mais modernos centros de operações do mundo como um de seus maiores desafios profissionais, mas o gerenciamento de crises, a rapidez nas decisões e a tensão das situações de emergência já fazem parte de sua rotina profissional há bastante tempo. Sávio foi piloto de aviões, trabalhou dez anos como operador da Bolsa de Valores e foi Presidente da Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (Suderj), que entre outras funções envolvia a administração do Maracanã. Em dezembro de 2010 suas novas atribuições foram definidas em decreto publicado no Diário Oficial do Município. Elas incluem a coordenação do processo de gerenciamento de risco de crise e poder para declarar estado de calamidade pública. Sávio destaca que a integração e sinergia proporcionadas após a inauguração do Centro de Operações Rio, em 31 de dezembro de 2010, já são um marco na gestão do Prefeito Eduardo Paes. Com uma carga horária de trabalho que ultrapassa 12 horas diárias, diz que já passou por alguns testes importantes, como alertas de chuva e greve de ônibus. Nesta entrevista ele nos fala um pouco sobre o trabalho que vem desenvolvendo à frente do Centro de Operações e quais os seus principais desafios.*

ser mais específico, cito casos como a última greve dos rodoviários, quando comunicamos e agimos em tempo recorde na informação à população. O carnaval também pode ser um exemplo de integração e ação rápida.

O desafio diário é tratar com inteligência toda a imensidão de informação que temos à nossa disposição. São centenas de câmeras. E ainda neste ano, teremos um importante teste para grandes eventos esportivos, que são os Jogos Mundiais Militares.

**O Centro de Operações permite monitorar a cidade através**

**de um grande painel de 80m<sup>2</sup>, com oitenta telas. Quantas câmeras distribuídas pela cidade trazem as imagens para serem monitoradas pelos técnicos do Centro?**

Hoje temos cerca de 200 câmeras à nossa disposição, que transmitem imagens diretamente para o telão. Também começamos a receber imagens das 250 câmeras da Polícia Militar. E mais 400 câmeras, que já foram licitadas, serão instaladas e integradas ao nosso sistema. Mas ainda avançaremos neste

número, uma vez que os ônibus contarão com câmeras.

**A IBM ainda está desenvolvendo para a Prefeitura o programa de Previsão Meteorológica de Alta Resolução. Na prática, como este programa poderá beneficiar a cidade em situações de emergência?**

Como a probabilidade de acerto do programa será alta, isso vai possibilitar que nos preparemos com antecedência. Poderemos prever chuvas com 48 horas de antecedência e 80% de chances de acertar. Os moradores que vivem em áreas de risco podem ser levados para locais mais seguros, e equipes de manutenção deslocadas para fazer limpezas preventivas de bueiros ou se recuperar a infraestrutura. Pode-se, por exemplo, determinar a suspensão das aulas em uma área que possa ser alvo de enchentes.

**O Centro de Operações Rio foi desenvolvido exclusivamente para atender às demandas das Olimpíadas Rio 2016?**

Na maioria das cidades que realizaram Jogos Olímpicos, os centros de operações foram projetados apenas para responder às situações de emergência. Nossa ambição é maior. O Rio é a bola da vez com a Copa, as Olimpíadas e grandes eventos. Mas a nossa preocupação é melhorar a cidade, principalmente, para quem vive e trabalha aqui. Isto é, o Centro de Operações acompanha o dia a dia da cidade, responde a momentos de crise e monitora os megaeventos. Nosso complexo é diferente e está na vanguarda do que existe de mais moderno nas cidades inteligentes. Queremos que o Rio seja reconhecido como uma cidade-referência para o desenvolvimento de novas tecnologias. 

(continuação da pág. 2) ▶ abandonados da região. No período de cinco anos, está planejada a construção de 10 mil casas.

Também na Av. Francisco Bicalho serão construídas duas vilas para as Olimpíadas 2016: uma de mídia e outra para os árbitros. Na primeira serão sete mil apartamentos (dois quartos, sala de estar, varanda e dois banheiros) para abrigar a imprensa. Outras 1.200 unidades serão construídas para receber os árbitros.

Segundo o assessor da presidência da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A (CDURP), Alberto Gomes Silva, em palestra para a Controladoria Geral do Município do Rio (CGM-RJ), com o projeto Porto Maravilha, o objetivo é aumentar a população dessa região de 22 mil para cerca de 100 mil habitantes. A Zona Portuária se transformará e passará a ser um grande pólo de turismo e investimento para a cidade do Rio de Janeiro. “A região,

que foi esquecida, aterrada para ganhar uma função de porto do Rio e depois, quando perdeu esta função – de porto de granel para container –, com o deslocamento deste para o bairro do Caju, a área ficou abandonada e sofreu um processo de degradação”. Deve-se levar em conta ainda a construção da Perimetral que foi a gota d’água para a sua decadência econômica. A região, assim, passou a ser apenas de passagem para quem vai da Zona Norte para a Zona Sul e vice-versa.

Segundo Alberto Gomes, a oportunidade para se fazer algo pela região é única, uma vez que há um elemento fundamental no momento: a vontade política das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e ainda da iniciativa privada. Para o assessor, também se deve levar em consideração que o Rio vive um momento ímpar: “este ano teremos os Jogos Militares, em 2012 vamos ter a Rio + 20 (reedição da Rio 92), em 2013 temos a Copa das Confederações, em 2014 vem a Copa

do Mundo e em 2016 temos as Olimpíadas. Então, no mínimo, o Rio estará na mídia mundial por, pelo menos, seis anos. Ou seja, a cidade certamente se beneficiará com isso”, disse.

Ele lembrou ainda que a Prefeitura do Rio planeja implantar o Veículo Leve sobre trilhos (VLT), o que vai ao encontro a uma das propostas do Plano Diretor, que prevê a valorização do transporte público sobre trilhos, que é um meio menos poluente.

O prefeito tem afirmado que o plano vai servir como uma “bússola” para as ações do Município. Vai apontar para onde a cidade deve ir e de que forma deverá ser feito. Para se ter uma ideia do que representa o Plano Diretor, Eduardo Paes chegou a dizer, no momento de sancioná-lo, que, sob o ponto de vista dos interesses da cidade, o plano é mais importante do que a Lei Orgânica. “Nada fez tão mal à cidade quanto permanecer sem um plano diretor por 20 anos”, frisou. ☞

## Rede de Controle/RJ promove encontro de integração

Aconteceu em fevereiro, a reunião da Rede de Controle/RJ, sendo a 4ª após a adesão da CGM. Estiveram no encontro representantes da CGM, TCM, CGU, TCU, TCE, MPF e MPERJ. O evento deu continuidade ao trabalho estabelecido pelo Termo de Adesão da Rede de Controle, assinado em 2009, com a finalidade de ampliar e aprimorar a integração entre as instituições e órgãos públicos das diversas esferas da administração pública com atuação no Estado. Nesta quarta reunião, foi ressaltado pelo TCU o uso relevante de tecnologia da informação nos trabalhos do órgão.

Um dos principais objetivos do acordo é a adesão à Rede de Controle da Gestão Pública destinada a desen-

volver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública. Entre as missões estão previstos o diagnóstico e combate à corrupção, incentivo e fortalecimento do controle social, incremento do tráfego de informações e documentos. Os órgãos participantes da rede também promovem o intercâmbio de experiências e a capacitação dos seus quadros.

Na prática, a rede significa uma união de esforços para a efetiva fiscalização das contas públicas. Um dos exemplos de atuação conjunta é o trabalho que começou a ser estruturado para a fiscalização dos gastos públicos, em todas as esferas de Governo,



Imagem: PhotoXpress

na preparação da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. ☞

# Artigo

## Horizontes para a Contabilidade Gerencial Pública Estratégica

por Manoel Rubim da Silva\*

Mais um ramo ou área de especialização da contabilidade está se consolidando, fato que prova a força dessa ciência milenar, que está sempre a se renovar, adaptando-se às exigências do mercado, às demandas sociais, por maiores e, principalmente, por melhores informações, no sentido de que as empresas e demais instituições públicas e privadas possam ser mais bem geridas. A propósito Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam, ao abordarem o futuro da contabilidade, que: Não há motivo para crer que a contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nossos tempos. Essa nova área de campo de estudo e de especialização das Ciências Contábeis, que surge pela demanda dos novos tempos, chama-se Contabilidade Estratégica. A princípio, para que venhamos a compreender o alcance da Contabilidade Estratégica, iremos colocar em foco alguns conceitos e/ou objetivos de Contabilidade e de Estratégia, de forma segregada.

Dias Filho e Baptista Machado (2004), ao abordarem o Método Sociológico Aplicado à Contabilidade, no item destinado à Dimensão Sociológica das Práticas Contábeis, e enfatizarem que a Contabilidade é um conhecimento de natureza social, já não estando mais vinculada aos motivos ensejadores do seu nascimento, nos deixam a ideia de que

a Contabilidade, além de influenciar o contexto em que opera, também é influenciada por esse contexto, não servindo mais para fins somente internos, indo mais além, pois, hoje, as informações contábeis são utilizadas, tanto no setor público como no privado, para orientar políticas de investimentos, disciplinar a relação entre capital e trabalho, avaliar políticas públicas, organizar atividades, mediar conflitos, etc.



Imagem: PhotoXpress

Por outro lado, em se tratando de Estratégia, M. Einsenhard (2002), citando a revista *The Economist*, externou uma definição muito simples, porém precisa: a estratégia responde a duas perguntas básicas — Onde você quer chegar? E Como pretende chegar? C. Markides (2002), ao abordar Uma visão dinâmica da estratégia, focando o CORAÇÃO E A ALMA DA ESTRATÉGIA, considera que uma posição estratégica é simplesmente a soma das respostas de uma empresa às seguintes perguntas: Quais devem ser os clientes almejados pela

empresa? Que produtos ou serviços a empresa deve oferecer aos clientes almejados? Como a empresa pode fazê-lo de forma eficaz? Herrero Filho (2005) respondendo ao seu questionamento sobre o que é estratégia, leciona que o seu significado tem evoluído ao longo da história, destacando que essa evolução acontece na medida em que a sociedade avança da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, não deixando de frisar que a responsabilidade pela formulação da estratégia deixou de ser do principal executivo para se tornar de todos na organização, pois, afinal, como o próprio autor assevera: “Na era do conhecimento, todos os colaboradores de uma empresa são considerados os novos estrategistas”.

Ora, sabemos que a Contabilidade, no campo das empresas e entidades privadas, pode ser classificada em dois grandes ramos, quais sejam: Contabilidade Financeira (CF) e Contabilidade Gerencial (CG). A. Atkinson, D. Banker, S. Kaplan e Young (2000) consideram que a CF se destina aos usuários externos, especialmente acionistas, credores e autoridades governamentais, ao passo que a CG deve fornecer informações econômicas para a clientela interna: operadores/funcionários, gerentes intermediários e executivos seniores.

Warren, Reeve & Fess (2001) expressam o mesmo entendimento em relação à CF, valendo destaque a concepção ➤

dos mesmos no que respeita à CG, que incluiria dados históricos e estimados usados pela administração na condução de operações diárias, no planejamento de operações futuras e no desenvolvimento de estratégias de negócios integradas.

O sobranceiro é que tanto a CF, quanto a CG utilizam-se de informações geradas pelas bases de dados internas, deixando de lado as informações relativas às realidades econômicas, sociais, financeiras, ambientais etc., dos stakeholders que, com certeza, vão impactar, mais cedo ou mais tarde, nas organizações, sejam públicas ou privadas. Por consequência dessas lacunas informacionais nos arcabouços doutrinários da Contabilidade Financeira e da Contabilidade Gerencial, surgem espaços para a atuação da Contabilidade Gerencial Estratégica que no entender de Almeida da Silva, Morais dos Santos e Sousa Ferreira (2007) não se configura como um ramo autônomo da Contabilidade Gerencial, e, sim, uma subespécie da Contabilidade Gerencial, cuja especialidade seria:

Coletar e interpretar dados extraídos do ambiente externo, ou seja, dos concorrentes, fornecedores, clientes, potenciais consumidores, para que sejam geradas informações que suportem de fato as decisões estratégicas da empresa, cabendo ao contador possuir habilidades para desempenhar um papel estratégico na organização com vistas à criação de vantagens competitivas que agreguem valor ao negócio.

Porém, se ainda não temos literatura em abundância sobre Contabilidade Estratégica, ou mesmo sobre Contabilidade Gerencial Estratégica, que aborde os seus benefícios em relação às empresas e instituições privadas, a carência é bem maior em relação às entidades públicas. Assim é que nos propomos, neste artigo, a despertar discussão sobre os aspectos positivos que poderemos colher — sociedade em geral, e nós, enquanto profissionais da área de contabilidade e gestores públicos — desenvolvendo conteúdos doutrinários que possam ensejar o surgimento da Contabilidade Gerencial Pública Estra-

tégica, ou mesmo Controladoria Pública Estratégica, pois acreditamos que a gestão dos entes públicos (União, Estados e Municípios) e demais órgãos públicos carece de um controle gerencial que não se limite aos seus aspectos internos, alcançando os aspectos externos, presentes nas sociedades, em benefício das quais as políticas públicas são destinadas.

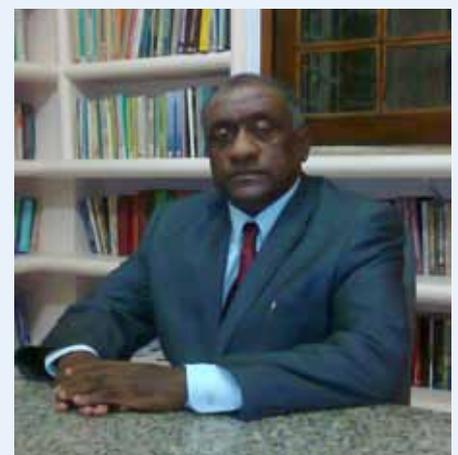
Ora, estamos diante de enormes desafios para a Administração Pública de todos os níveis, por decorrência das gritantes carências sociais, nas abrangentes áreas em que as políticas públicas se fazem necessárias. Todavia, a tradicional Contabilidade Pública limita-se a utilizar informações geradas internamente, não se valendo da vasta gama de informações que estão presentes na sociedade. Em verdade, dando azo a uma ligeira divagação, afirmamos que, antes mesmo da implantação da Contabilidade Gerencial Pública Estratégica, ou Controladoria Pública Estratégica se impõe a utilização nas gestões públicas do Planejamento Estratégico, que entendemos inexistente, ou, na melhor das hipóteses, incipiente.

Naisbitt (2007) ao abordar o Modelo Mental, em dígrafo, preceitua que: Não se obtêm resultados, resolvendo problemas, mas explorando oportunidades. As oportunidades para atenuar as carências sociais existem, embora nem sempre sejam do conhecimento dos gestores, por falta de informações externas colhidas pelos sistemas gerenciais, quase inexistentes nas áreas públicas, especialmente nos Estados e Municípios menores. A propósito, Hammer (2002) destaca que a natureza predominante financeira dos sistemas de informações seria a sua primeira deficiência. Drucker (1995), ao afirmar que não dispomos das medições de que necessitamos, diz que Precisamos Medir, Não Contar.

A Contabilidade Gerencial Pública Estratégica, ou Controladoria Pública Estratégica teria, entre outros focos, a medição de desempenho, e não somente a contabilização dos fatos contábeis. Com certeza, hospitais, escolas e outros órgãos

públicos têm custos e desempenhos diferentes, mesmo estando vinculados a um mesmo ente federativo. Unidades que prestam os mesmos serviços públicos são muito mais bem avaliadas do que outras. Todavia, não temos essas e outras informações importantes para as avaliações e tomadas de boas decisões gerenciais tão carentes no serviço público. Logo, acreditamos que exista um fértil campo de desenvolvimento da Contabilidade Gerencial Pública Estratégica ou Controladoria Pública Estratégica, que não se limitaria e, também, não conflitaria com a tradicional Contabilidade Pública, voltada, precipuamente, para as finalidades de prestação de contas, e muito pouco, para o planejamento e gerenciamento.

Além do mais, para o eficiente acompanhamento da gestão pública, como sói acontecer, também, na gestão das empresas privadas, não bastam as informações meramente financeiras, por mais importantes que sejam. Necessitamos, sobretudo, de informações de natureza física, de produtividade e qualitativas, entre outras. 



\* Manoel Rubim da Silva é especialista em auditoria contábil e leciona na Universidade Federal do Maranhão há cerca de vinte e seis anos, ministrando atualmente as cadeiras de contabilidade avançada e tributária do curso de ciências contábeis, contabilidade geral do curso de administração, gestão contábil e processos administrativos do curso de pós-graduação à distância em gestão pública municipal. É auditor fiscal aposentado pela receita federal e exerceu diversas atribuições em órgãos classistas da área contábil dentro e fora do Brasil.



## A gestão e seu papel nas finanças públicas

Está no mercado editorial pela Gestão Pública Editora o livro *Gestão de Finanças Públicas – Fundamentos e Práticas de Planejamento*, de Claudiano Albuquerque, Márcio Medeiros, Paulo Henrique Feijó. Os fundamentos da gestão dos recursos públicos no Brasil e as práticas de planejamento e finanças do governo (federal, estadual ou municipal), são temas de interesse de qualquer cidadão brasileiro. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Responsabilidade Fiscal, receita e despesa pública, resultados fiscais, sistemas de execução e acompanhamento, são os temas abordados nos dezessete capítulos deste livro, agrupados em três partes.

A primeira apresenta os conceitos fundamentais e o ordenamento geral da gestão das finanças públicas no País, com foco no planejamento e na responsabilidade fiscal. A segunda parte aborda o chamado ciclo de gestão dos recursos públicos, aplicável de forma

geral à União, aos estados e aos municípios: elaboração dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), discussão dos elementos que os compõem (receita, despesa, programação financeira) e procedimentos de execução e reavaliação.

A terceira parte trata da experiência específica do Governo Federal: principais sistemas estruturadores, como o SIAFI; mecanismos de programação e movimentação financeira e pagamentos; suprimentos de fundos; conta única e outros. Assim, busca-se propiciar amplo entendimento quanto aos fundamentos e aos processos de gestão das finanças públicas no Brasil.

Metas de superávit fiscal, resultado primário, contingenciamento de despesas, restos a pagar, suprimento de fundos. Estes termos, e muitos outros da mesma natureza, constituem o foco do livro “Gestão de Finanças Públicas”. Apesar dos muitos avanços alcançados na gestão das contas públicas

no Brasil, a sociedade ainda não se desfez da sensação de caixa preta quando se trata de acompanhar as contas públicas. O livro certamente é uma expressiva contribuição para reduzir essa sensação.

Os autores buscam trazer para o público o conhecimento a respeito de como o governo administra os recursos públicos, como está institucionalizado para executar essa tarefa, quais os instrumentos utilizados para gerir os recursos financeiros, como funcionam os processos de planejamento e de execução da despesa pública.

Há no título *Gestão de Finanças Públicas* uma palavra-chave, que indica o seu diferencial em relação a outros livros já editados sobre o tema: trata-se da palavra *Gestão*. De fato, o livro não é um compêndio de teoria das finanças públicas, matéria que se encontra em diversas obras existentes no mercado. Porém, o termo remete ao ato de “fazer acontecer”, que ultrapassa o momento da

teoria e passa para o momento da prática. Isto, porém, não significa tratar apenas de minúcias operacionais, do “como fazer”. Pelo contrário: a boa gestão das finanças públicas implica a adequada abordagem das questões estratégicas do governo, a partir do que são definidas as ações táticas e os mecanismos operacionais com vistas ao atingimento dos resultados esperados.



**Gestão de Finanças Públicas**  
**Fundamentos e Práticas de Planejamento**  
de Claudiano Albuquerque e outros  
Gestão Pública Editora, 579 págs.

## Desvendando a contabilidade das organizações ambientais

A Editora Atlas lançou o livro *Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável*, de Aracéli Cristina de Sousa Ferreira. A obra apresenta relato e mensuração dos eventos econômicos das organizações que tenham relação direta ou indireta com o meio ambiente, sejam públicas ou privadas, a contabilidade. Ao tratar desse relato, mostra que o profissional de contabilidade deve

conhecer o contexto em que os problemas ambientais ocorrem.

A autora mostra ainda que é fundamental que este profissional conheça, minimamente, o vocabulário técnico adequado, as questões maiores que envolvem o problema e as possibilidades para medir os impactos ambientais.

Na obra, também, Aracéli Cristina explica que para que se possa compreender o signifi-

ficado do tema Meio Ambiente, é necessário que, além de aspectos ecológicos e econômicos, entendam-se também os aspectos sociais, culturais e educacionais que envolvem essa questão. Para a autora, a Educação Ambiental é um fator tão preponderante que, se o homem tivesse sido educado para cuidar da natureza, com responsabilidade e conhecimento, talvez este livro não tivesse sido escrito. 💰



**Contabilidade Ambiental:**  
**Uma Informação para o**  
**Desenvolvimento Sustentável**  
de Aracéli Cristina de Sousa Ferreira  
Editora Atlas, 144 págs.

## Agenda

### 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social (Consocial)



A **Controladoria-Geral da União (CGU)** realiza, este ano, a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social (Consocial), que tem como tema A sociedade no acompanhamento da gestão pública e deverá, com a participação de todos os segmentos da sociedade, traçar diretrizes de atuação para assegurar a efetividade das políticas públicas de promoção da transparência pública e da participação social; bem como fazer um diagnóstico sobre a adoção e implementação dessas políticas nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal.

O encontro nacional será realizado entre os dias 13 e 15 de outubro, mas a mobilização da sociedade já começa agora em meados do mês de março com os preparativos para as conferências municipais que devem acontecer a partir de maio. Os encontros estaduais estão planejados para começar em julho.

A 1ª Consocial deverá estimular os órgãos públicos a implementar mecanismos de transparência e acesso à informação pública; debater e propor formas de sensibilização, mobilização e capacitação da sociedade em prol da participação e acompanhamento da gestão pública, que utilizem inclusive ferramentas e tecnologias de informação; e desenvolver e fortalecer redes de interação dos diversos atores envolvidos nessas atividades.

Tão logo seja aprovado o Regimento Interno da 1ª Consocial, o Movimento Cidade Futura irá articular as entidades da sociedade civil e os agentes públicos de Uberlândia e Região para incentivar a realizações das Conferências Locais. Este processo é fundamental para refletir e discutir sobre a transparência e o nível de participação social da gestão pública na região.

#### 4º CONINTER

Será realizado, dos dias 16 até 18 de maio, no Othon Palace, o 4º Encontro para Capacitação de Controladores Internos e Externos (4º Coninter). O evento, que vai enfatizar as discussões relativas ao Controle e a Sustentabilidade do Crescimento Econômico, assim como assuntos sobre a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, objetiva capacitar os servidores e gestores que atuam na área de Controle Interno e Externo, Contábil e de Planejamento com informações atualizadas na criação, execução e desenvolvimento da auditoria interna apresentando roteiros, procedimentos e experiências de sucesso.

O Controlador Geral do Município do Rio, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, o presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler e o presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio, Thiers Vianna Montebello, participarão da abertura do evento, que tem como público alvo: Controladores, Prefeitos, Vereadores, Secretários, Gestores Públicos, Servidores da Área de Planejamento, Orçamento, Financeira e Contábil, Auditores, Técnicos e Analistas de Controle Externo, Ordenadores de Despesas, Assessores Jurídicos e Membros de Comissão de Licitação. Outras informações e inscrições pelo site [www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br) ou pelo telefone 71 3342-4531 e confirmadas até cinco (5) dias antes da data de realização dos cursos.

#### Seminário IFRS para Médias e Pequenas Empresas

O Conselho Federal de Contabilidade realizará no dia 9 de maio o seminário IFRS para Pequenas e Médias Empresas. O evento faz parte de uma série, chamada Seminários Regionais - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que acontece o ano inteiro, em 23 estados brasileiros. O objetivo é formar os profissionais contábeis para aplicarem as Normas Internacionais para pequenas e médias empresas, conscientizando da importância de sua adoção no controle da situação econômica e financeira das empresas. Informações nos telefones: (61) 3314-9501 / 3314-9446 ou e-mail: [calleventos@cfc.org.br](mailto:calleventos@cfc.org.br).

#### VIII Encontro Nacional da Mulher Contabilista

Já em Caldas Novas, Goiás, acontecerá de 19 a 21 de maio o VIII Encontro Nacional da Mulher Contabilista. Evento tradicional da classe, que reunirá os profissionais para debater importantes assuntos relacionados à área técnica-contábil e à gestão empresarial. O encontro tem como lema: Mulher: conhecimento, Criatividade e Leveza. A programação está composta de painéis e palestras de especialistas de renome nacional, além de momentos para o entrosamento e a descontração com festas temáticas. Informações no telefone (62) 3091-1721 ou no site [www.studium3.com.br](http://www.studium3.com.br).

## Painel CGM

### ▶ ATCIG

A Assessoria Técnica de Custos e Informações Gerenciais (ATCIG) coordenou, no mês de janeiro, a migração do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) para um servidor mais moderno adquirido pela CGM. A nova plataforma permite acesso mais rápido, evitando conflitos de performance já que cada usuário tem senha única. O controle do acesso passou a ser feito por matrícula, e foi preciso o recadastramento de cada usuário na nova plataforma. A antiga plataforma foi desativada.



*Tela do login do Sistema de Informações Gerenciais (SIG)*

### ▶ ATRIC

A Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle (ATRIC) foi criada pela atual gestão da CGM, ainda em 2010, com o objetivo de centralizar os programas e ações de intercâmbio com organizações de dentro e de fora da Prefeitura do Rio e coordenar ações para viabilizar o planeja-



*O Programa de Visitas à CGM é aberto a funcionários de outros órgãos públicos*

mento, definição, revisão e monitoramento de estratégia global e objetivos da Controladoria. Contemplando a competência de intercâmbio, a ATRIC criou o programa Conhecendo a Prefeitura e o Programa de Visitas à CGM. No primeiro, os servidores da CGM assistem a palestras e atividades informativas sobre os projetos que vêm sendo desenvolvidos por outros órgãos da administração municipal, já no segundo, visitantes de outros órgãos públicos conhecem as dependências e o trabalho desenvolvido pela CGM (visitas podem ser agendadas pelo e-mail [programadevisitas.cgm@pcrj.rj.gov.br](mailto:programadevisitas.cgm@pcrj.rj.gov.br)). No que tange ao aprimoramento do desempenho, a ATRIC elaborou mais uma edição do Relatório de Atividades de 2010 e Diretrizes para 2011 e participou da implementação do sistema único de legislação da PCRJ.

### ▶ ACS

Entre os principais objetivos da Assessoria de Comunicação Social estão a conclusão

da transição do antigo site da CGM para o Portal da Prefeitura e a modernização da Intranet de modo a torná-la mais atrativa e relevante enquanto ferramenta de trabalho e integração do corpo funcional. Quanto ao primeiro caso, vem sendo discutido com o núcleo de web da Empresa Municipal de Informática - IplanRio, qual a melhor forma de se efetuar a migração de conteúdos mais crítico. Já em relação ao



*A página da CGM no Portal da Prefeitura do Rio*

segundo, a equipe da ACS realizará visita à Regional Rio da CGU para conhecer os conceitos e ferramentas utilizados pela Intranet daquele órgão, começando a criar assim um banco de idéias que sirvam de base para a construção da nova Intranet CGM. Outras visitas serão agendadas o mesmo propósito. A ACS também está procedendo a reformulação do Clipping digital da CGM, enviado por e-mail aos servidores, que será mais interativo e abrangente. 💰

Estará no ar a partir de 15 de abril, na página da CGM na Internet, a edição 2010 da Prestação de Contas do Município do Rio, que é o documento oficial das contas da Prefeitura do Rio no período, e disponível a qualquer cidadão.

Acesse:

[www.rio.rj.gov.br/web/cgm](http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm)



# DEMONSTRATIVOS LRF

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. fevereiro de 2010 a fevereiro de 2011

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                                 | PREVISÃO ATUALIZADA        |                            | REALIZAÇÃO              |                         |                           |                           | SALDO                      |                            |
|---|----------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|
|   | fev/10                     | fev/11                     | Em<br>fev/10            | Em<br>fev/11            | Até<br>fev/10             | Até<br>fev/11             | Em<br>fev/10               | Até<br>fev/11              |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>                     | 12.394.399.164,00          | 15.941.164.271,00          | 1.595.706.469,09        | 1.780.577.199,30        | 2.702.068.139,58          | 3.095.722.798,37          | 9.692.331.024,42           | 12.845.441.472,63          |
| Tributárias                                   | 5.665.762.745,00           | 6.398.397.947,00           | 912.864.368,81          | 1.068.824.703,58        | 1.401.712.166,40          | 1.614.451.205,97          | 4.264.050.578,60           | 4.783.946.741,03           |
| Contribuições                                 | 926.404.750,00             | 2.109.036.000,00           | 63.693.812,56           | 86.584.673,67           | 127.869.320,31            | 173.436.038,33            | 798.535.429,69             | 1.935.599.961,67           |
| Patrimoniais                                  | 516.827.943,00             | 727.441.020,00             | 149.483.168,70          | 64.287.359,48           | 180.889.478,07            | 127.753.394,56            | 335.938.464,93             | 599.687.625,44             |
| Industrial                                    | 7.714.915,00               | 9.230.462,00               | 253.112,49              | 336.660,66              | 1.087.448,99              | 1.285.629,94              | 6.627.466,01               | 7.944.832,06               |
| Serviços                                      | 251.044.140,00             | 307.725.299,00             | 39.424.341,49           | 39.937.738,96           | 49.446.153,04             | 53.291.951,07             | 201.597.986,96             | 254.433.347,93             |
| Transferências Correntes                      | 4.433.114.139,00           | 5.142.391.105,00           | 385.623.171,53          | 449.332.197,05          | 839.601.451,54            | 960.881.528,78            | 3.593.512.687,46           | 4.181.509.576,22           |
| Outras Receitas Correntes                     | 593.530.532,00             | 1.246.942.438,00           | 44.364.493,51           | 71.273.865,90           | 101.462.121,23            | 164.623.049,72            | 492.068.410,77             | 1.082.319.388,28           |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>                    | 1.205.779.369,00           | 2.924.351.586,00           | 79.525.729,95           | 30.620.411,04           | 99.059.176,81             | 51.532.399,67             | 1.106.720.192,19           | 2.872.819.186,33           |
| Operações de Crédito                          | 344.552.500,00             | 1.750.511.893,00           | 3.990.417,63            | 7.297.472,41            | 8.212.887,85              | 12.930.221,95             | 336.339.612,15             | 1.737.581.671,05           |
| Alienações de Bens                            | 151.706.173,00             | 191.101.381,00             | 266.713,00              | 1.026.620,00            | 643.585,89                | 1.450.685,57              | 151.062.587,11             | 189.650.695,43             |
| Amort. de Empréstimos                         | 122.587.307,00             | 107.215.447,00             | 59.130.745,85           | 12.772.444,68           | 72.224.486,33             | 20.564.998,20             | 50.362.820,67              | 86.650.448,80              |
| Transferências de Capital                     | 396.745.389,00             | 591.466.865,00             | 16.137.853,47           | 9.523.873,95            | 17.978.216,74             | 16.586.493,95             | 378.767.172,26             | 574.880.371,05             |
| Outras Receitas de Capital                    | 190.188.000,00             | 284.056.000,00             | -                       | -                       | -                         | -                         | 190.188.000,00             | 284.056.000,00             |
| <b>SUBTOTAL DAS RECEITAS ( I )</b>            | <b>13.600.178.533,00</b>   | <b>18.865.515.857,00</b>   | <b>1.675.232.199,04</b> | <b>1.811.197.610,34</b> | <b>2.801.127.316,39</b>   | <b>3.147.255.198,04</b>   | <b>10.799.051.216,61</b>   | <b>15.718.260.658,96</b>   |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>                     | <b>(11.223.370.115,81)</b> | <b>(14.151.100.273,17)</b> | <b>(622.660.628,48)</b> | <b>(730.593.857,01)</b> | <b>(1.184.648.467,14)</b> | <b>(1.533.277.912,67)</b> | <b>(10.038.721.648,67)</b> | <b>(12.617.822.360,50)</b> |
| Pessoal e Encargos                            | (6.888.144.816,41)         | (8.514.759.661,00)         | (450.171.587,21)        | (490.616.736,89)        | (943.272.761,39)          | (1.167.934.660,15)        | (5.944.872.055,02)         | (7.346.825.000,85)         |
| Juros e Encargos da Dívida                    | (693.225.495,00)           | (540.067.811,00)           | (70.383.331,56)         | (42.557.164,75)         | (70.383.331,56)           | (87.584.640,04)           | (622.842.163,44)           | (452.483.170,96)           |
| Outras Despesas de Correntes                  | (3.641.999.804,40)         | (5.096.272.801,17)         | (102.105.709,71)        | (197.419.955,37)        | (170.992.374,19)          | (277.758.612,48)          | (3.471.007.430,21)         | (4.818.514.188,69)         |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                    | <b>(2.335.353.134,79)</b>  | <b>(5.366.361.029,42)</b>  | <b>(41.917.682,18)</b>  | <b>(23.655.769,90)</b>  | <b>(41.920.562,18)</b>    | <b>(40.662.734,28)</b>    | <b>(2.293.432.572,61)</b>  | <b>(5.325.698.295,14)</b>  |
| Investimentos                                 | (1.852.968.514,79)         | (4.089.491.760,42)         | (69.107,31)             | (8.688.847,57)          | (71.987,31)               | (9.205.015,40)            | (1.852.896.527,48)         | (4.080.286.745,02)         |
| Inversões Financeiras                         | (167.753.446,00)           | (148.871.677,00)           | -                       | -                       | -                         | -                         | (167.753.446,00)           | (148.871.677,00)           |
| Amortiz. de Dívida Interna e Externa          | (314.631.174,00)           | (1.127.997.592,00)         | (41.848.574,87)         | (14.966.922,33)         | (41.848.574,87)           | (31.457.718,88)           | (272.782.599,13)           | (1.096.539.873,12)         |
| <b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>                | <b>(41.455.282,40)</b>     | <b>(27.500.000,00)</b>     | <b>-</b>                | <b>-</b>                | <b>-</b>                  | <b>-</b>                  | <b>(41.455.282,40)</b>     | <b>(27.500.000,00)</b>     |
| <b>SUBTOTAL DAS DESPESAS ( II )</b>           | <b>(13.600.178.533,00)</b> | <b>(19.544.961.302,59)</b> | <b>(664.578.310,66)</b> | <b>(754.249.626,91)</b> | <b>(1.226.569.029,32)</b> | <b>(1.573.940.646,95)</b> | <b>(12.373.609.503,68)</b> | <b>(17.971.020.655,64)</b> |
| <b>SUPERÁVIT/DÉFICIT ( III ) = ( I - II )</b> | <b>-</b>                   | <b>(679.445.445,59)</b>    | <b>1.010.653.888,38</b> | <b>1.056.947.983,43</b> | <b>1.574.558.287,07</b>   | <b>1.573.314.551,09</b>   | <b>(1.574.558.287,07)</b>  | <b>(2.252.759.996,68)</b>  |
| <b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *</b>      | <b>-</b>                   | <b>-</b>                   | <b>-</b>                | <b>-</b>                | <b>-</b>                  | <b>677.806.379,92</b>     | <b>-</b>                   | <b>-</b>                   |

FONTE: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.